



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO ANIMAL**

**LÍVIA ARAGÃO CORREIA DANTAS**

**CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA AGROPECUÁRIO DENTRO DA  
AGRICULTURA FAMILIAR COMO SUBSÍDIO DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS**

**MACAÍBA/ RN – BRASIL  
AGOSTO/2013**

LÍVIA ARAGÃO CORREIA DANTAS

**CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA AGROPECUÁRIO DENTRO DA  
AGRICULTURA FAMILIAR COMO SUBSÍDIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Campus de Macaíba como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Produção Animal.

Orientador: Prof. Dr. Marcene Geraldo Costa

MACAÍBA/ RN – BRASIL  
AGOSTO/2013

Catálogo da Publicação na Fonte  
Érica Simony F. de Melo – CRB15/296

Dantas, Lívia Aragão Correia.

Caracterização do Sistema Agropecuário Dentro da Agricultura Familiar como Subsídio de Políticas Públicas. / Lívia Aragão Correia Dantas. – Macafba, RN, 2013.

48 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Marcone Geraldo Costa.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pró-Reitoria de Pós-graduação. Programa de Pós-graduação em Produção Animal.

1. Agricultura familiar – Políticas públicas - Dissertação. 2. Agronegócio - Dissertação. 3. Agricultura - Financiamento - Dissertação. 4. Produtividade – Dissertação. I. Costa, Marcone Geraldo. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

CDU 631:35

LÍVIA ARAGÃO CORREIA DANTAS

**CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA AGROPECUÁRIO DENTRO DA  
AGRICULTURA FAMILIAR COMO SUBSÍDIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Campus de Macaíba como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Produção Animal.

APROVADA EM: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Marcene Geraldo Costa - UFRN  
Orientador

---

Prof. Dr. Luciano Pattos Novaes - UFRN  
Examinador

---

Prof. Dr. Sergio Marques Junior - UFRN  
Examinador Externo

Dedico esse trabalho à minha mãe, Cleone Aragão Correia, exemplo de vida, minha fortaleza e ao meu amado esposo Carlos Henrique Galvão Dantas.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelas muitas bênçãos na minha vida e na vida dos que amo.

Ao meu esposo Henrique, pelo amor, carinho, paciência, apoio e compreensão dedicados a mim.

Ao meu pai, minha irmã, cunhado e sobrinha pelo apoio e incentivo.

A Universidade Federal do Rio grande do Norte (UFRN) e ao Programa de Pós Graduação em Produção Animal (PPGPA).

Ao meu orientador, o professor Dr. Marcone Geraldo Costa pelo incentivo, apoio, compreensão e ensinamentos.

Ao meu co-orientador, o professor Dr. Valdi de Lima Junior por toda a ajuda prestada e pela disponibilidade sempre que preciso.

Aos professores Dr. Luciano Pattos Novaes e Dr. Sergio Marques Junior, pela disponibilidade, pelas contribuições, sugestões e correções levantadas na defesa dessa dissertação.

Ao Dr. Geovergue Medeiros por toda ajuda prestada, apoio e pela contribuição na elaboração desse trabalho.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Produção animal, pelos ensinamentos e apoio.

A Juliana Justino pelo apoio e amizade.

Aos amigos pós- graduandos e a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para realização deste trabalho.

## **CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA AGROPECUÁRIO DENTRO DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO SUBSÍDIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

DANTAS, Livia Aragão Correia. **Caracterização do sistema agropecuário dentro da agricultura familiar como subsídio de políticas públicas**. 2013. 48f. Dissertação (Mestrado em Produção Animal: Sistemas de Produção). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Macaíba RN, 2013.

### **RESUMO**

Objetivou-se com este trabalho, caracterizar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares que vivem e trabalham no espaço rural brasileiro e destacar a importância do agronegócio familiar através da relação entre algumas variáveis significativas, como o valor da produção total, PIB, participação na área total dos estabelecimentos, produção agropecuária e renda do agricultor, que mostram a importante participação destes agricultores na produtividade agropecuária e conseqüentemente na economia do país. Portanto, este setor merece uma maior atenção e mais investimentos no desenvolvimento de políticas públicas que levem à uma educação de qualidade no meio rural, disponibilidade de cursos técnicos para os agricultores; assistência técnica mais eficiente e efetiva, assim como financiamentos de mais fácil obtenção.

**Palavras-Chave:** Agricultura Familiar, agronegócio, financiamento, produtividade.

## **CHARACTERIZATION OF AGRICULTURAL SYSTEM IN THE FAMILY FARM AS ALLOWANCE PUBLIC POLICIES**

DANTAS, Livia Aragão Correia. **Characterization of agricultural system in the family farm as allowance public policies**. 2013. 48f. (Master Science Degree in Production Animal: Area: production systems). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Macaíba RN, 2013.

### **ABSTRACT**

The objective of this study was to characterize the socioeconomic profile of the family farmers who live and work in Brazilian rural space and highlight the importance of family agribusiness through the significant relation between some variables as the value of the total production, GDP share in total area of the establishments, agricultural production and farmer income, that show the important participation of these farmers in agricultural productivity and consequently on the economy of country. Therefore, this sector deserves a greater attention and more investment in the development of public policies that lead to a quality education in rural areas, availability of technical courses for farmers, technical assistance more efficient and effective, as well as funding more readily available .

**Key-words:** Agribusiness family, farmers, funding, productivity.



## LISTA DE CARTOGRAMAS

Cartograma 1- Percentual de estabelecimentos caracterizados como agricultura familiar em relação ao total de estabelecimentos – Brasil- 2006.....	19
Cartograma 2- Valor da produção agropecuária – Brasil 2006.....	21
Cartograma 3- Tipologia da utilização da terra – Brasil- 2006.....	29
Cartograma 4- Percentual de mão de obra familiar em relação ao pessoal ocupado- Brasil 2006.....	33

## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1- Distribuição do número e área de estabelecimentos da agricultura familiar por região – Brasil – 2006.....	20
Gráfico 1- Percentual de estabelecimentos e área segundo grupos de área total dos agricultores familiares- Brasil 2006.....	28
Gráfico 2- Percentual comparativo da produção dos produtos de origem animal da agricultura familiar e não familiar 2006 – Brasil.....	31
Gráfico 3- Participação percentual comparativa do valor de produção dos produtos de origem animal da agricultura familiar de 1996 e 2006 – Brasil.....	31
Gráfico 4- Condição do agricultor familiar em relação às terras- Brasil – 2006.....	32
Gráfico 5- Participação do PIB do agronegócio familiar e patronal do Brasil- 1995-2005.....	36
Gráfico 6- Participações dos complexos agropecuários familiar e patronal no PIB do agronegócio brasileiro 1995-2005.....	37
Gráfico 7- Participações das macrorregiões no PIB total, no PIB do agronegócio e no PIB do agronegócio familiar.....	37
Gráfico 8- Variação percentual de Assistência técnica à agricultura familiar – Brasil e regiões – 1996-2006.....	42

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Participação percentual da agricultura familiar na produção regional - Regiões do Brasil – 1996- 2006.....	18
Tabela 2- Estabelecimentos e área da agricultura familiar, segundo Brasil e as Grandes regiões – 2006.....	19
Tabela 3- Produtividade por hectare e da mão de obra comparados entre agricultura familiar e não familiar – Brasil 1996 – 2006.....	21
Tabela 4- Comparativo da produtividade por hectare entre agricultores familiares e não familiares – Brasil e Regiões – 2006.....	22
Tabela 5- Produtividade por hectare da mão de obra dos agricultores familiares - Brasil e Regiões–1996 – 2006.....	23
Tabela 6- Número de Agricultores familiares segundo os tipos- Brasil – 1996-2006....	25
Tabela 7- Distribuição percentual dos tipos de renda da agricultura familiar - Brasil 1996-2006.....	26
Tabela 8- Participação no Valor Bruto da Produção (VBP) por tipo de renda da agricultura familiar – Brasil 1996-2006.....	26
Tabela 9- Renda monetária líquida anual por tipo de agricultor familiar – Brasil- 1996-2006.....	27
Tabela 10- Grau de especialização ou diversificação da produção familiar –Brasil – 1996-2006.....	27
Tabela 11- Percentual de utilização das terras dos estabelecimentos da agricultura familiar – Brasil -2006.....	30
Tabela 12- Agricultura familiar segundo a pecuária – Brasil 2006.....	30
Tabela 13- Participação das macrorregiões nos PIBs total do agronegócio familiar, patronal e outros setores – 2004.....	38

Tabela 14 - Estabelecimentos que não obtiveram financiamento por motivo de não obtenção, segundo a agricultura familiar – Brasil – 2006.....	39
--	----

## **LISTA DE SIGLAS**

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCPR – Programa de Combate a Pobreza Rural

PIB – Produto Interno Bruto

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

VBP - Valor Bruto da Produção

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>14</b>
2.1 A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	16
2.2 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	17
2.3 PRODUTIVIDADE COMPARATIVA ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR.....	18
2.4 PERFIL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....	23
2.5 USO DA TERRA.....	28
2.6 MÃO DE OBRA E ESCOLARIDADE.....	32
2.7 AGRICULTURA FAMILIAR NA ECONOMIA.....	34
<b>2.7.1 Renda e receita.....</b>	<b>34</b>
<b>2.7.2 PIB do agronegócio familiar.....</b>	<b>36</b>
2.8 FINANCIAMENTO.....	39
2.9 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.....	41
<b>3 CONCLUSÕES.....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil existem alguns modelos de agricultura sendo um deles denominado de agricultura familiar que pode ser entendido como forma de produção na qual a interação entre trabalho e gestão prevalece; são os próprios agricultores familiares que administram o processo produtivo, sobressaindo à diversificação e utilizando como mão de obra o trabalho familiar, ocasionalmente complementado pelo trabalho assalariado.

O aumento populacional e as mudanças climáticas impõem desafios aos modelos atuais de agricultura, e nessa conjuntura, ganha destaque a agricultura familiar, especialmente como um importante meio para garantir a segurança alimentar da população, principalmente aquela ligada ao autoconsumo, reduzir a pobreza e contribuir na redução do êxodo rural e consequentemente a tensão social causada pela desigualdade social no campo e nas cidades. Porém, a influência da agricultura familiar, ao longo dos tempos, foi reduzida devido ao incremento do agronegócio e de outros setores da economia. Além disso, observa-se que de modo geral, o apoio governamental por meio de políticas públicas vem crescendo, porém ainda insuficiente para um desenvolvimento crescente e contínuo da agricultura familiar.

Com o intuito de evidenciar como as políticas públicas de assistência técnica, acesso ao crédito, comercialização, melhoria na educação rural entre outras são necessárias ao agricultor familiar, procurou-se delinear o perfil deste segmento, visando auxiliar na criação de novas alternativas e oportunidades que levem ao desenvolvimento econômico, social e tecnológico do setor e que tragam a produtividade associada à sustentabilidade tão almejada pelo agricultor familiar, porém os trabalhos desta natureza geralmente são segmentados e deste modo não oferecem condições para ter uma visão mais global do sistema.

Diante do exposto, objetiva-se com este trabalho caracterizar e analisar o sistema de agricultura familiar, principalmente relacionado à agropecuária, assim como a participação deste setor na economia do país.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Segundo Lamarche (1993), pode-se afirmar, de maneira geral, que a agricultura camponesa nasceu no Brasil sob o signo da precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de produção, e especialmente da terra, caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção, pobreza da população engajada nestas atividades, como demonstra a grande mobilidade espacial e a dependência ante a grande propriedade.

Muitas terminologias foram empregadas historicamente para se referir ao mesmo sujeito: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar. A substituição de termos obedece, em parte, à própria evolução do contexto social e às transformações sofridas por esta categoria, mas é resultado também de novas percepções sobre o mesmo sujeito social (OLALDE, 2004).

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos no Brasil, assume ares de novidade e renovação (WANDERLEY, 2001).

Nas décadas de 1970 e 1980, as transformações que estavam ocorrendo na agricultura brasileira eram analisadas como similares às ocorridas nos países capitalistas avançados, tanto em seus aspectos positivos, como nos negativos. Nos anos 70, sustentava-se que a chamada “questão agrícola” havia sido superada pelo processo de modernização baseado na mecanização e na utilização de variedades selecionadas de sementes e de insumos químicos. Nos anos 80, sustentava-se que este processo de modernização aprofundara a integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros que a envolvem, formando o que foi chamado de complexos agroindustriais (BUAINAIN, 2003).

Os anos 90 trouxeram novamente à tona questões como a Reforma Agrária e a agricultura familiar que alguns analistas acreditavam superadas pelo próprio decorrer da modernização da agricultura e pela urbanização da sociedade brasileira. O interesse pela agricultura familiar se materializou em políticas públicas, como o PRONAF e na criação do MDA, além do revigoramento da Reforma Agrária (OLALDE, 2004, p.).



Para, a formulação das políticas públicas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária obedeceu, em boa medida, às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados, mas está fundamentada também em formulações conceituais desenvolvidas pela comunidade acadêmica nacional e apoiada em modelos de interpretação de agências multilaterais, como a FAO, o IICA e o Banco Mundial (OLALDE, 2004, p.).

Entre as principais vertentes que fundamentam a centralidade da agricultura familiar está o conceito da multifuncionalidade do espaço rural. O modelo “produtivista”, de necessário aumento da produção e da produtividade, orientado para as funções da agricultura como fornecedora de alimentos, matérias-primas e divisas, tem cedido lugar à ótica da multifuncionalidade, pois, em se tratando de agricultura familiar é perceptível que além da contribuição à produção agrícola nacional, esta pode fornecer outros bens tangíveis ou intangíveis, como a geração de emprego, desenvolvimento de sistemas agrícolas diversificados, serviços ambientais e mesmo atender a aspirações da sociedade, como a preservação da paisagem e da cultura local, hoje já colocada nos países desenvolvidos. Além disso, a agricultura familiar permite uma distribuição populacional mais equilibrada no território, em relação à agricultura patronal, normalmente associada à monocultura. Estas ideias devem ser contextualizadas no debate sobre os caminhos para a construção do desenvolvimento sustentável (OLALDE, 2004).

A agricultura atravessou um processo desafiador de transformação em vista de sua integração à dinâmica industrial de produção e da constituição do complexo agroindustrial. Foi alterada a base técnica, desenvolvida a indústria fornecedora de meios de produção para a agricultura e ampliada, em linhas modernas, a indústria processadora de alimentos e matérias-primas. Deste modo, a base tecnológica da produção agrícola foi alterada profundamente, assim como a composição das culturas e os processos de produção. Tanto a mudança em escala de produção trazida pelo novo pacote tecnológico como a tendência especulativa desencadeada pelo processo de modernização serviu para acentuar ainda mais a concentração de propriedade da terra, afetando também as relações de produção no campo (MARTINE, 1991).

Mais recentemente, já na década de 90, uma pesquisa realizada pela FAO e pelo INCRA, cujo objetivo principal era estabelecer as diretrizes para um “modelo de desenvolvimento sustentável”, escolheu-se como forma de classificar os estabelecimentos agropecuários brasileiros pela separação entre dois modelos: “patronal” e “familiar”. Os

primeiros teriam como característica a completa separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada e ênfase na especialização (OLALDE, 2004).

O modelo familiar teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (FAO/INCRA, 1994).

A agricultura familiar é responsável pela produção de grande quantidade dos alimentos consumidos internamente, enquanto a agricultura patronal é basicamente voltada à produção para exportação e para a produção de insumos alimentares para indústria alimentar, entre os quais pode-se destacar a soja, gado de corte e o açúcar (MOREIRA, 2010).

Segundo Guanzioli (2012), ser agricultor familiar não tem conotação de superioridade em relação aos não familiares. Trata-se apenas de diferenciar uma categoria que baseia sua produção no uso preferencial da mão de obra familiar e que exerce a gestão do empreendimento de forma direta, presencial, por meio de algum dos familiares envolvidos na produção. Os não familiares, distintamente, usam trabalho assalariado, o que é positivo porque gera emprego, mas fazem a gestão do empreendimento por meio de administradores, de longe.

Mesmo pagando salários mais elevados, dificilmente se pode obter do trabalhador assalariado o mesmo empenho e a produtividade alcançada por uma família que trabalha para si mesma e não para outro. A conclusão é que as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares devem-se muito mais a fatores externos, notadamente um contexto institucional historicamente desfavorável, do que a desvantagens estruturais em geral associadas à extensão do lote de terra (GUANZIROLI et al, 2001).

## 2.2 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Segundo os dados do relatório “Perspectivas da Agricultura e do Desenvolvimento Rural nas Américas 2014: uma visão para a América Latina e Caribe”, a agricultura familiar é uma das principais atividades geradoras de novas fontes de trabalho na América Latina e Caribe. No Brasil, a participação da atividade nos empregos agrícolas é significativa, alcançando os 77% (CEPAL, FAO, IICA 2013). De acordo com o Diretor Geral do IICA, Victor M. Villalobos, "a agricultura familiar é a atividade econômica com o maior potencial

para aumentar a oferta de alimentos da região, reduzir o desemprego e retirar da situação de pobreza e de desnutrição a população mais vulnerável das zonas rurais" (FAO, 2013).

No Brasil, o segmento da agricultura familiar tem um papel importante na economia das pequenas cidades - 4.928 municípios têm menos de 50 mil habitantes e destes, mais de quatro mil têm menos de 20 mil habitantes. Estes produtores e seus familiares são responsáveis por inúmeros empregos no comércio e nos serviços prestados nas pequenas cidades. A melhoria de renda deste segmento por meio de sua maior inserção no mercado tem impacto importante no interior do país e por consequência nas grandes metrópoles. Esta inserção no mercado ou no processo de desenvolvimento depende de tecnologia e condições político-institucionais, representadas por acesso a crédito, informações organizadas, canais de comercialização, transporte, energia, etc. Este último conjunto de fatores normalmente tem sido o principal limitante do desenvolvimento. Embora haja um esforço importante do Governo Federal com programas como o PRONAF, programas estaduais de assistência técnica e associativismo, há um imenso desafio a vencer (PORTUGAL, 2004).

Segundo Portugal (2004), a tecnologia disponível quando bem usada tem se mostrado adequada e viável. Em sua maioria visa aumentar a produtividade da terra e algumas, como máquinas e equipamentos adaptados aos pequenos produtores, têm como objetivo eliminar a ociosidade da terra ou aumentar a produtividade do trabalho. O desafio maior da agricultura familiar é adaptar e organizar seu sistema de produção a partir das tecnologias disponíveis. Analisando as variáveis tecnológicas e político-institucionais há dois fatores fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar: a) a massificação de informação organizada e adequada usando os modernos meios de comunicação de massa (TV, Rádio e internet) e, b) a melhoria da capacidade organizacional dos produtores com o objetivo de ganhar escala, buscar nichos de mercado, agregar valor à produção e encontrar novas alternativas para o uso da terra como, por exemplo, o turismo rural.

O desafio é maior se for considerada a diversidade de situações. Quando se analisa o cenário em que se insere a agricultura familiar observa-se que os problemas são diferentes para cada região, estado ou município. No Norte há dificuldades de comercialização pela distância dos mercados consumidores e esgotamento da terra nas áreas de produção. No Nordeste são minifúndios inviáveis economicamente. No Sudeste é a exigência em qualidade e saudabilidade dos produtos por parte dos consumidores. No Sul é a concorrência externa de produtos do MERCOSUL (PORTUGAL, 2004).

Apesar dos desafios encontrados, as variações mais expressivas na participação da agricultura familiar foram registradas nas regiões Norte e Nordeste, onde esse segmento passou a dominar a produção agropecuária, provavelmente em função também do efeito das políticas públicas (PRONAF, PCPRs etc.). Pode-se observar na Tabela 1 que houve uma ligeira queda em termos relativos da participação regional da agricultura familiar (Sul, Sudeste e Centro-Oeste) na produção total em relação às demais regiões,. Mas a manutenção de praticamente a mesma participação relativa não significa que tenha havido estagnação deste segmento de agricultores. Pelo contrário, como foi nestas regiões (Sul e Centro-Oeste) onde se verificou o mais acentuado “boom” do agronegócio, manter quase a mesma participação significa que a agricultura familiar cresceu praticamente no mesmo ritmo que a não familiar (patronal), também no seio do agronegócio, ou seja, acompanhou esse boom (GUANZIROLI, 2012).

Tabela 1 - Participação percentual da agricultura familiar na produção regional - Regiões do Brasil – 1996- 2006.

Região	1996	2006
Norte	58,26	60,18
Nordeste	42,98	47,38
Sudeste	24,43	22,28
Sul	57,13	54,43
Centro-Oeste	16,31	14,53

Fonte: Adaptado de Guanziroli (2012)

### 2.3 PRODUTIVIDADE COMPARATIVA ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR

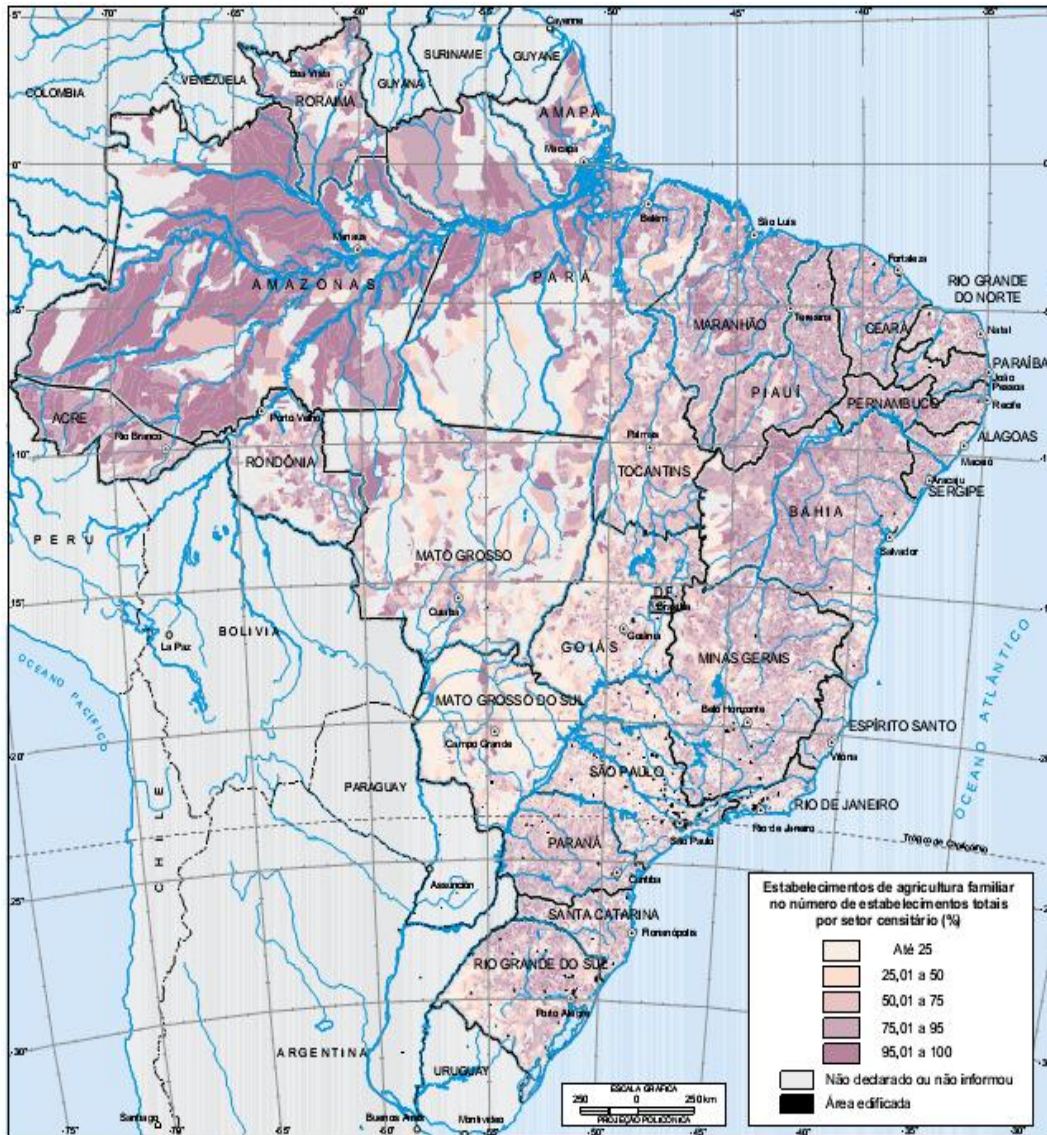
Comparando os dados dos Censos Agropecuários do IBGE de 1996 e de 2006 pode-se observar um progresso da agricultura familiar, onde o número de estabelecimentos agropecuários passou de 4.139.369 para 4.367.902, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros (5.175.489). Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros, como pode ser observado na Tabela 2 e visualizado no Cartograma 1.

Tabela 2 - Estabelecimentos e área da agricultura familiar, segundo Brasil e as Grandes Regiões – 2006.

Brasil e Grandes Regiões	Agricultura familiar		Não familiar	
	Lei nº 11.326			
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Brasil	4.367.902	80.250.453	807.587	249.690.940
Norte	413.101	16.647.328	62.674	38.139.968
Nordeste	2.187.295	28.332.599	266.711	47.261.842
Sudeste	699.978	12.789.019	222.071	41.447.150
Sul	849.997	13.066.591	156.184	28.459.566
Centro-Oeste	217.531	9.414.915	99.947	94.382.413

Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário 2006. (IBGE, 2009).

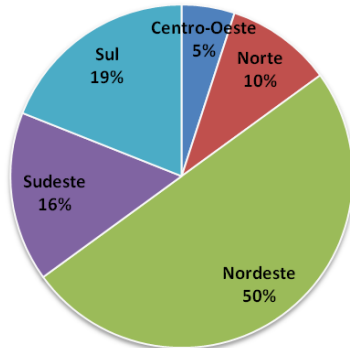
Cartograma 1 - Percentual de estabelecimentos caracterizados como agricultura familiar em relação ao total de estabelecimentos – Brasil - 2006.



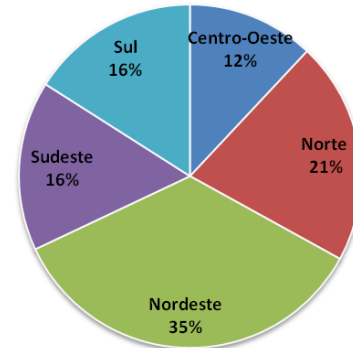
Fonte: Censo Agropecuário 2006. (IBGE, 2009).

Figura 1 - Distribuição percentual do número e área de estabelecimentos da agricultura familiar por Região – Brasil -2006.

Distribuição do número de estabelecimentos da Agricultura Familiar por Região - Brasil 2006



Distribuição da área dos estabelecimentos da Agricultura Familiar por Região - Brasil 2006



Fonte: Adaptado de França (2006).

Ao analisar os dados da Tabela 2, o Cartograma 1 e a Figura 1 é possível observar que o Nordeste é a Região Geográfica com maior número de estabelecimentos familiares (50%), sendo a Bahia o estado brasileiro com maior número de estabelecimentos familiares (15% do total do país), seguido de Minas Gerais (10% do total). Estes dois estados possuem as maiores áreas com estabelecimentos familiares: 9,955 e 8,845 milhões de hectares, respectivamente (SPAROVEK et al, 2013). O Nordeste tem a grande maioria dos estabelecimentos na classe de até 10 ha, e, com o correr do tempo, cresceu a participação dessa classe. Por uma questão de sobrevivência, a seca acumula a agricultura às margens dos mananciais e a pouca flexibilidade da população de responder aos estímulos do mercado de trabalho não permitiu – na escala adequada – que se contrapusesse a tendência de minifundização de sua agricultura. Comparado às demais regiões, tem a pior distribuição (ALVES, 2006).

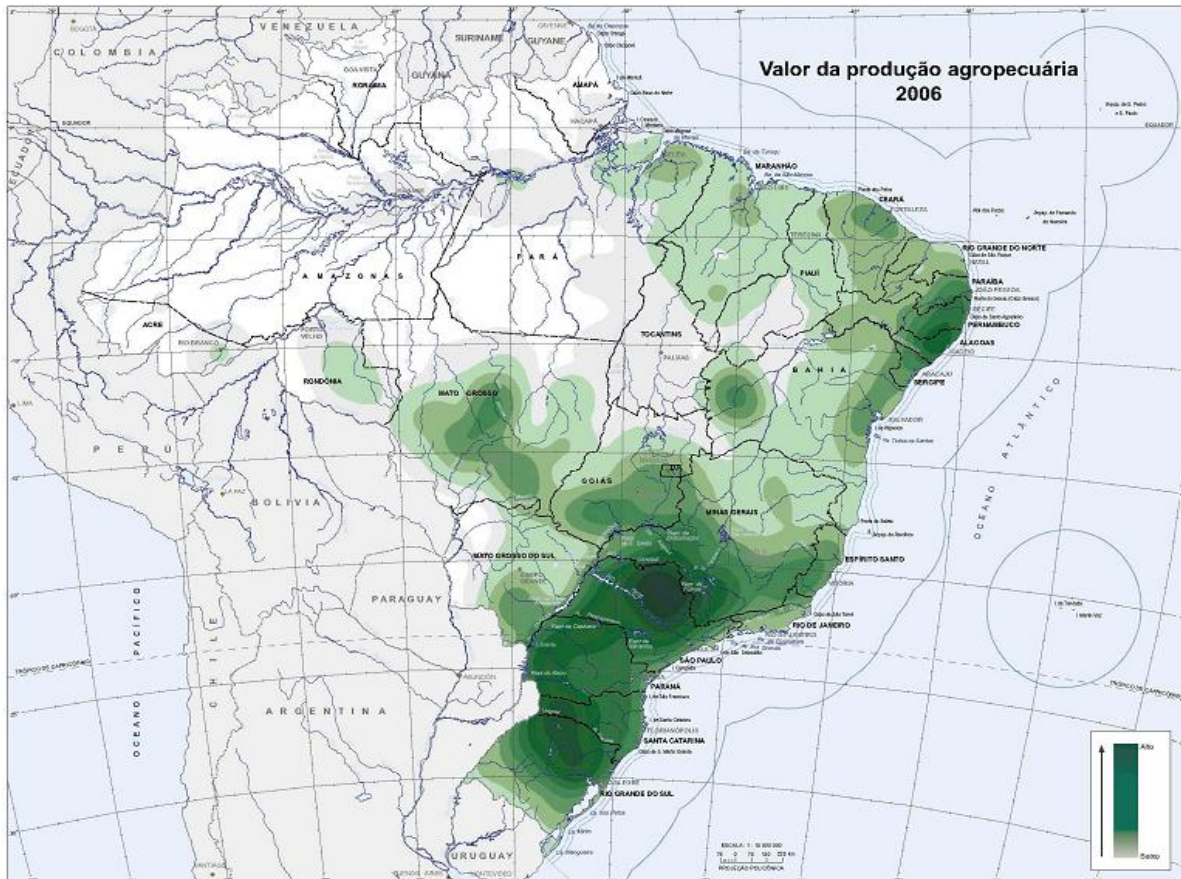
Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no País: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Segundo Guanzioli (2012), o Valor Bruto da Produção dos agricultores familiares em 2006 foi de R\$ 59,2 bilhões, correspondente a 36,11% da produção agropecuária total (Cartograma 2). A agricultura familiar, ao somar o valor de todos os produtos que produz numa certa área (VBP/área), obtém R\$ 554 por hectare, em média 17% a mais de produto que os não familiares que geravam um VBP por hectare de R\$ 461 em 2006. No censo de 1996, essa diferença, era de 39%, ou seja, diminuiu consideravelmente. Os agricultores familiares



fazem uso mais intensivo do fator terra por ser este o seu fator mais escasso e, por isso, devem explorar ao máximo a pouca quantidade de terra que possuem. O fator escasso dos não familiares (ou patronais) é a mão de obra, e por isso usam-na de forma mais intensiva.

Cartograma 2- Valor da produção agropecuária – Brasil 2006.



Fonte: Censo Agropecuário 2006. (IBGE, 2009).

Comparando os dados dos Censos de 1996 e 2006 percebe-se que o rendimento obtido pelos agricultores não familiares em valor da produção do pessoal ocupado é em torno de cinco vezes maior que os agricultores familiares (Tabela 3).

Tabela 3 - Produtividade por hectare e da mão de obra comparados entre agricultura familiar e não familiar – Brasil 1996 – 2006.

	VBP /Área*		VBP/Pessoal ocupado*	
	1996	2006	1996	2006
Familiar	435,12	554,57	1.314,77	4.538,71
Não Familiar	312,45	461,77	7.150,38	29.762,92

\*Valores em reais (R\$) corrente

Fonte: Adaptado de Guanziroli (2012).

Para Guanziroli (2012), gerar maiores rendimentos por área total, entretanto, não significa que a eficiência técnica dos familiares seja superior à de outros em cultivos específicos ou em áreas limitadas dentro do espaço de que dispõem. Comparando-se os rendimentos de um cultivo específico numa área limitada, certamente os não familiares mostrarão maiores rendimentos técnicos (soja por hectare, por exemplo). Ao somar todos os produtos e valorizá-los, o fenômeno da maior produtividade surge, porque os familiares não podem deixar áreas sem explorar, o fazem de diversas maneiras e com vários produtos, enquanto que os grandes produtores às vezes escolhem uma parte mais nobre de terra para plantar e deixam outras em repouso ou com atividade pecuária explorada de forma extensiva, o que acaba resultando em baixa produtividade econômica da área total. Muitos agricultores não familiares, sobretudo os de soja do Centro-Oeste, não desperdiçam seu espaço agrícola e usam-no com alta tecnologia e eficiência, mas no agregado do País, ao juntar todos os estabelecimentos não familiares e compará-los com os familiares, a superioridade dos últimos aparece em quase todas as regiões, como poderá ser observada em tabelas regionalizadas mais adiante. A Tabela 4 ilustra o desempenho dos estabelecimentos familiares em comparação com os não familiares para as cinco regiões do País.

Tabela 4 - Comparativo da produtividade por hectare entre agricultores familiares e não familiares – Brasil e Regiões – 2006.

Brasil e Regiões	Valor produzido por hectare (R\$ de 2006)	
	Familiar	Não familiar
<b>Brasil</b>	<b>554,6</b>	<b>461,7</b>
Norte	241	111,3
Nordeste	390,7	378,3
Sudeste	737,8	1.054,60
Sul	1.337,60	837,3
Centro-Oeste	285,1	271,7

Fonte: Guanziroli (2012).

Pode-se observar nos dados da tabela 4 que, excetuando-se a região Sudeste, em todas as demais a produtividade da terra é maior entre os familiares que entre os não familiares. As regiões que têm essa diferença mais acentuada são Norte e Sul. Esta última é famosa pela predominância de agricultores familiares em várias cadeias produtivas que agregam significativo valor, como a avicultura, suinocultura, fumo etc. A região Norte tem contingentes expressivos de agricultores familiares oriundos dos projetos de colonização dos anos 1970, que são os que produzem a maior parte dos alimentos da região. No Sudeste, entretanto, os empreendimentos capitalistas de alta tecnologia agrícola conseguem superar a



força numérica dos agricultores familiares. Cabe destacar, finalmente, que os rendimentos da terra têm evoluído favoravelmente entre os familiares de 1996 para 2006, como mostram a Tabela 5 (GUANZIROLI 2012).

Tabela 5 - Produtividade por hectare da mão de obra dos agricultores familiares - Brasil e Regiões–1996 - 2006.

Brasil e Regiões	Valor produzido por hectare (R\$/ha)	
	1996	2006
<b>Brasil</b>	<b>435,1</b>	<b>554,6</b>
Norte	160,1	241
Nordeste	230,1	390,7
Sudeste	557,8	737,80
Sul	1.142,50	1.337,60
Centro-Oeste	212,2	285,1

Fonte: Guanzioli (2012).

## 2.4 PERFIL DO AGRICULTOR FAMILIAR

Apesar dos debates envolvendo os vários critérios que podem ser adotados para classificar os agricultores, serão adotados os critérios oficiais, determinados pela Lei n. 11.326 de 24 de Julho de 2006, que estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e define agricultura familiar como a que explora e dirige estabelecimentos rurais na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro e comodatário, e que atenda aos seguintes quesitos:

- I – Não deter área maior do que quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;
- II – Utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – A renda familiar ser predominantemente originada de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento;
- IV – o estabelecimento ser dirigido pelo agricultor (a) com sua família;
- V - Resida no próprio estabelecimento ou em local próximo.

De acordo com Moreira (2010), ainda segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, entre os estabelecimentos que não se enquadraram na agricultura familiar, quer pelo limite de área, quer pelo limite de renda, estão os pequenos e médios agricultores; as terras públicas; além da agricultura patronal. Esta última refere-se aos estabelecimentos onde a

direção dos trabalhos não é exercida pelo produtor e/ou o trabalho contratado é superior ao familiar; e ainda que estes dois critérios não sejam verificados, o estabelecimento é de agricultura patronal se a área for superior à que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho associado à tecnologia de que dispõe.

Ou seja, a agricultura patronal é parte do agronegócio, envolve grandes empreendimentos agropecuários destinados a produção em larga escala, já a agricultura familiar é aquela agricultura praticada pela pequena propriedade. A agricultura patronal tem como características: a separação entre gestão e trabalho; organização centralizada; ênfase na especialização e em práticas agrícolas padronizáveis; trabalho assalariado predominante; tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão de obra; pesada dependência de insumos industrializados (comprados) (MOREIRA, 2010).

Segundo Schineider (2010), uma classificação do ponto de vista sociológico nomearia os três grandes subsegmentos da agricultura familiar em: agricultores familiares empresariais, agricultores familiares não empresariais e camponeses. Para Guanziroli (2012), tanto os primeiros quanto os segundos podem ser alvo de políticas tipicamente agrícolas (crédito, preços, por exemplo), enquanto os últimos – camponeses frequentemente alijados do mercado – beneficiam-se mais de políticas agrárias, de educação e saúde do que de políticas agrícolas.

Segundo Olalde (2004), uma forma de se estudar as propriedades rurais é pela técnica de tipologia, que separa as propriedades em tipos ou grupos homogêneos para se proceder às comparações. No estudo tipológico de Baiardi (1998), embora voltado à aplicação de regras de Desenvolvimento Sustentável, permite um entendimento dessa diversidade. O autor identifica cinco tipos de agricultura familiar no Brasil: A, B, C, D e E.

Guanziroli (2012) dividiu o universo dos agricultores familiares em função do que chamaram de “custo de oportunidade do trabalho” que era, segundo a visão do FAO/INCRA em 1996, o valor da diária regional, mais 20%. Esse valor era chamado de V, sendo RT a renda total obtida por esses subsegmentos, e que os grupos criados oscilariam em torno do V da seguinte forma:

- Tipo A:  $RT > 3V$
- Tipo B:  $V < RT \leq 3V$
- Tipo C:  $V/2 < RT \leq V$
- TIPO D:  $RT \leq V/2$

Para Olalde (2004), o tipo A é o que conhecemos como agricultor moderno, ou seja, trata da agricultura “farmerizada”, opera em uma área superior a 100 ha, utiliza insumos modernos e tecnologia. O Tipo B trata da agricultura familiar integrada verticalmente. Desenvolveram-se a partir da implantação de agroindústrias em regiões de colonização europeia e para agricultores familiares de outra origem que se diferenciavam por adotar as inovações tecnológicas exigidas pela agroindústria; opera em escala média de até 50 ha. O Tipo C são grupos originados de famílias com tradição rural e camponesa das áreas de ocupação colonial, operam em estabelecimentos inferiores a 50 ha, trabalham para reprodução e alguma acumulação. O Tipo D trata da agricultura familiar semi-mercantil. Originaram-se de descendentes de homens livres; operam em área variável, mas inferior a 50 ha; tem fortalecido o associativismo e o surgimento de pequenas plantas industriais; têm propensão em cooperar com projetos locais de desenvolvimento sustentável a depender do seu grau de educação. O Tipo E trata da agricultura completamente desassistida. Estabelecem-se em áreas com escassos recursos naturais ou em condição de grande carência de infraestrutura; operam em áreas inferiores a 50 ha, e na sua maioria completam sua renda com aposentadorias e dinheiro oriundos de parentes da zona urbana.

Na Tabela 6 percebe-se que existe um grupo forte de aproximadamente 10 % dos produtores dentro da agricultura familiar, composto por um pouco mais de 400.000 agricultores, gerando acima de 3 V por mês de renda total, mas que existem outros grupos de menor renda que têm aumentado sua importância relativa, principalmente o grupo D, que abrange os mais pobres da agricultura familiar (GUANZIROLI, 2012).

Tabela 6 - Número de Agricultores familiares segundo os tipos- Brasil – 1996-2006.

Tipos familiares	1996	2006
A	406.291	452.750
B	993.751	964.140
C	823.547	574.961
D	1.915.780	2.560.274
Total	4.139.369	4.551.855

Fonte: Guanziroli (2012).

Observa-se na Tabela 7 que durante o período de 1996 a 2006 houve um avanço do grupo D a custas de reduções dos segmentos intermediários ou de transição (B e C).

Tabela 7 - Distribuição percentual dos tipos de renda da agricultura familiar-Brasil 1996 - 2006.

Tipos familiares	% de estabelecimentos s/ total geral	
	1996	2006
A	8,40	8,70
B	20,40	18,60
C	16,90	11,10
D	39,40	49,50
Total	85,10	87,90

Fonte: Guanziroli (2012).

Os dados da tabela 8 revelam o fortalecimento do grupo A e o empobrecimento dos outros grupos e mostram um grande crescimento da participação na produção do grupo A, que passou, nesses dez anos, de 50,6% para 69,5% do total. Os grupos B e C caíram em termos percentuais e o grupo D manteve-se estabilizado, mas principalmente pelo aumento numérico que teve nesse período.

Tabela 8 - Participação no Valor Bruto da Produção (VBP) por tipo de renda da agricultura familiar – Brasil 1996-2006.

Tipos familiares	% s/ total VBP familiares	
	1996	2006
A	50,60	69,50
B	29,30	15,70
C	9,40	4,70
D	10,70	10,10
Total	100	100

Fonte: Guanziroli (2012).

Para Guanziroli (2012), as mudanças nos valores produzidos ocasionam obviamente alterações na renda média obtida pelos estabelecimentos de cada grupo. Como pode ser observado na Tabela 8, o gradiente de renda entre os grupos é grande e, além disso, aumentou entre 1996 e 2006. O grupo A gera renda média anual bastante elevada, que equivale a quase R\$ 4.500 por mês de ganho monetário. Ao se considerar que nas áreas rurais os produtores têm acesso a outras rendas não agrícolas, as quase rendas (como o autoconsumo) e que não pagam aluguel, o valor equivale a um padrão de vida de classe média urbana. Este grupo é o mais semelhante, na agricultura brasileira, ao “family farm” norte-americano. Cabe notar, entretanto, que entre o grupo A e os outros grupos há uma distância que varia entre 200 vezes

(com o grupo D) até 14 vezes (grupo B), e que esta distância tem aumentado entre 2006 e 1996.

Tabela 9 - Renda monetária líquida anual por tipo de agricultor familiar – Brasil- 1996-2006.

Tipos familiares	Renda monetária líquida anual* (R\$ 2006)	
	1996	2006
A	30.333,00	53.236,00
B	5.537,00	3.725,00
C	1.820,00	1.499,00
D	-265,14	255,00
Patronais		70.903,00

\*Descontados os custos de produção.

Fonte: Guanziroli (2012).

Para aprofundar a análise dos determinantes de renda, Guanziroli (2012) calculou um índice de especialização produtiva – terceira variável antes citada – com base nos seguintes critérios: Grau de Especialização: % Valor da produção do produto principal/VBP:

- A-Superespecializado = 100%
- B-Especializado =  $65\% \leq 100\%$
- C-Diversificado =  $35\% \leq 65\%$
- D-Muito diversificado =  $< 35\%$

Diversificados: soma de C e D

Aplicando-se estes parâmetros aos dados dos censos obtêm-se os seguintes resultados (Tabela 10):

Tabela 10 – Grau de especialização ou diversificação da produção familiar – Brasil – 1996 - 2006

Anos	Especializados (%)	Diversificados (%)
Média familiar		
1996	41	59
2006	56	44
Tipo A		
1996	51	49
2006	72	28

Fonte: Guanziroli (2012).

Nota-se que entre os dois censos houve uma tendência à especialização produtiva entre os familiares e, portanto, de diminuição da diversidade de sua produção. O índice de especialização aumentou de 41% para 56%, enquanto que o índice de diversificação caiu de 59% para 44%. Isto quer dizer que o produto principal tende a ocupar espaço cada vez maior

no padrão de produção dos agricultores familiares, o que não é de se estranhar, dado o boom da soja e de outras commodities na última década. Mas, no grupo A, esta tendência acelerou-se de forma mais acentuada, passando de 51% da produção com um só produto para 72%, o que deixa este setor próximo do que chamamos de “superespecializado”.

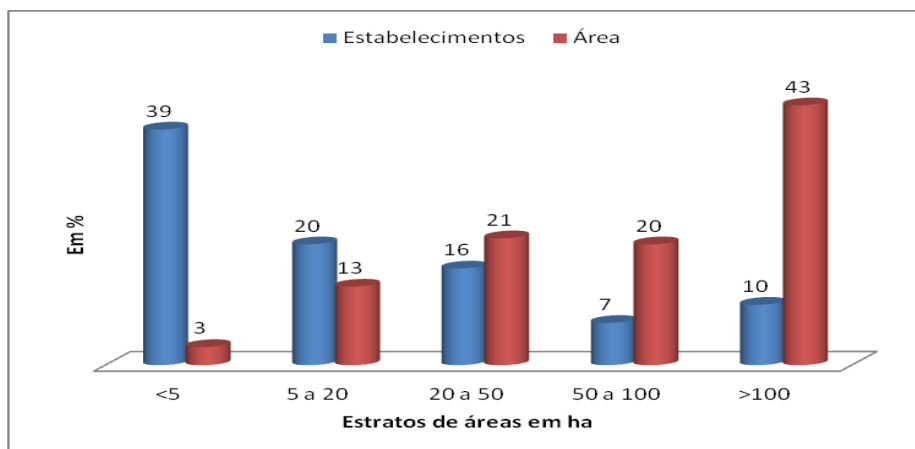
Dados suplementares do censo mostram que esta maior especialização ter-se-ia dado pela maior participação do grupo A na produção de lavouras permanentes, principalmente as produções de café, banana e uva.

## 2.5 USO DA TERRA

A má distribuição da propriedade da terra é o traço mais marcante e ao mesmo tempo, a principal distorção da estruturação fundiária no Brasil. Entre os agricultores familiares, um número significativo é proprietário de um lote menor que 5 ha, tamanho que, na maior parte do país, dificulta, senão inviabiliza, a exploração sustentável dos estabelecimentos agropecuários. Excluindo atividades de subsistência, a sustentabilidade das pequenas propriedades é crescentemente condicionada pela inserção em determinadas cadeias produtivas, pela localização econômica e grau de capitalização (BUAINAIN, 2003).

No Brasil, 39% dos estabelecimentos familiares têm menos de 5 ha, 20% têm entre 5 a 20 ha e 16% estão na faixa de 20 e 50 ha. Os agricultores familiares com área maior que 100 ha e menor que a área máxima regional representam apenas 10% dos estabelecimentos, e ocupam 43% de toda a área da agricultura familiar brasileira como observa-se no Gráfico 1.

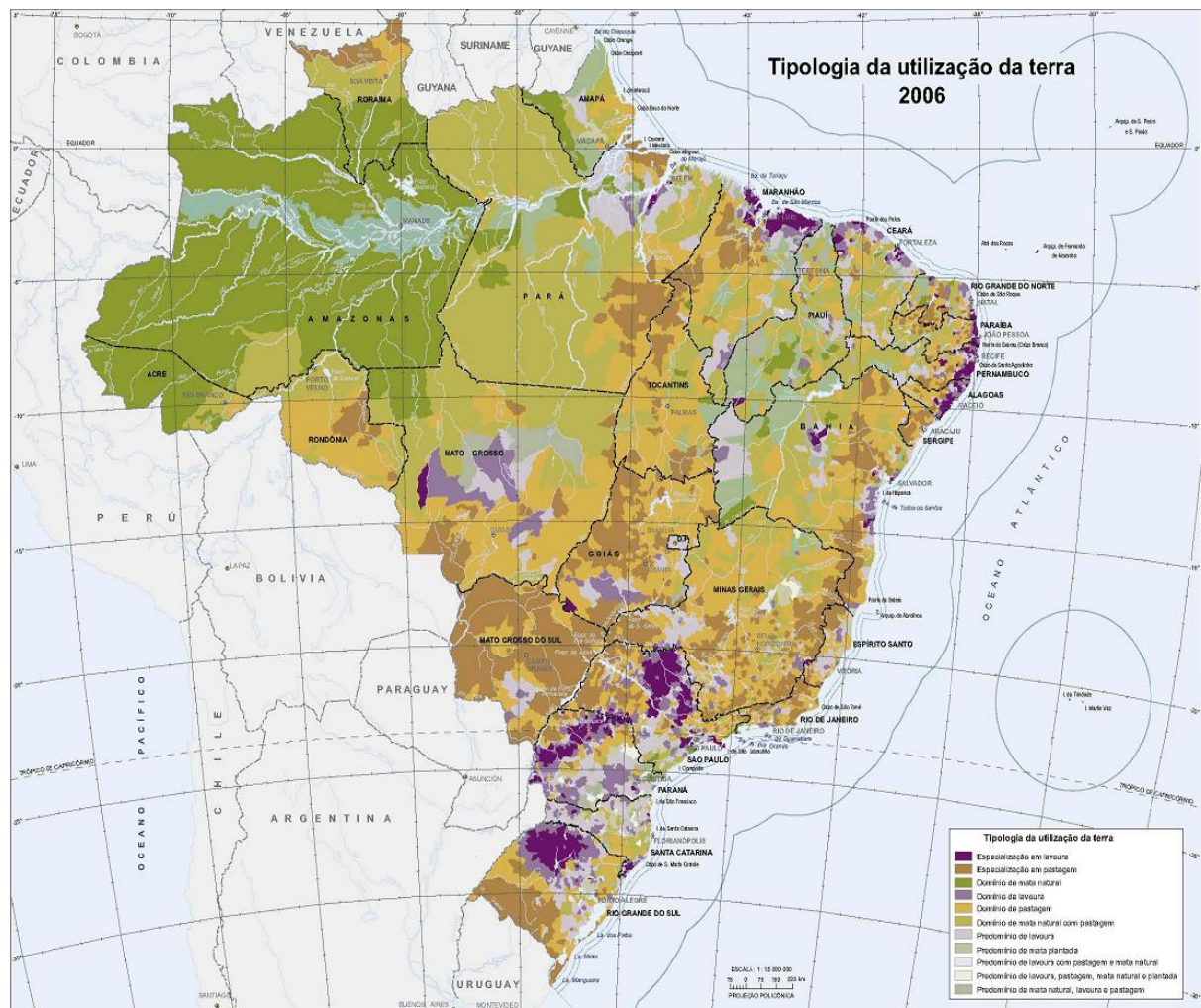
Gráfico 1 - Percentual de estabelecimentos e área segundo grupos de área total dos agricultores familiares- Brasil 2006



Fonte: Adaptado do Censo Agropecuário 2006. (IBGE, 2009).

No Cartograma 3 e na Tabela 11 pode-se observar as utilizações das terras dos estabelecimentos, segundo a classificação das agriculturas. Tanto na agricultura familiar como na não familiar, a utilização das terras seguem a mesma tendência, grande parte é destinada à pastagens (cerca de 45% na agricultura familiar e 49% na não familiar), seguidas por áreas com matas, florestas ou sistemas agroflorestais e por fim pelas lavouras que ocupam em média 17 e 22 % das áreas da agricultura familiar e não familiar respectivamente. Apesar de cultivar uma área menor com lavouras e pastagens, a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno.

Cartograma 3 - Tipologia da utilização da terra – Brasil- 2006.



Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009).

Tabela 11 - Percentual de utilização das terras dos estabelecimentos da agricultura familiar – Brasil -2006.

Utilização das terras	Agricultura familiar (%)	Não Familiar (%)
Lavouras	22	17
Matas, Florestas ou sistemas agroflorestais	28	28
Pastagens	45	49
Outros fins	5	6

Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário 2006. (IBGE, 2009.)

A agricultura familiar tem importante participação na produção de algumas culturas do país como a mandioca, onde produziram 87% do total e 70% de todo o feijão produzido. A soja, apesar de ser um dos produtos mais exportados, é o produto com menor participação da agricultura familiar (16,0%).

Em todas as regiões do país é perceptível a maior presença de atividades vinculadas à produção animal (bovinos e suínos) entre os agricultores familiares mais capitalizados, sendo que entre os mais pobres são mais comuns as atividades vinculadas à produção de milho e feijão, culturas com um baixo valor agregado, destinadas normalmente ao autoconsumo familiar (FAO/ INCRA 2000). Apesar de cultivar uma área menor com pastagens (36,4 milhões de ha) a agricultura familiar é importante fornecedora de proteína animal (MDA, 2006). No ano de 2006 os agricultores familiares detiam 59,0% (18.414.365 cabeças) do plantel de suínos, 50,0% do plantel de aves, 30,3% dos bovinos (animais para engorda, reprodução e vacas para ordenha). Produziram 58,0% do leite (composta por 58,0% do leite de vaca e 67,0% do leite de cabra) como pode-se observar na tabela 12 e no gráfico 2.

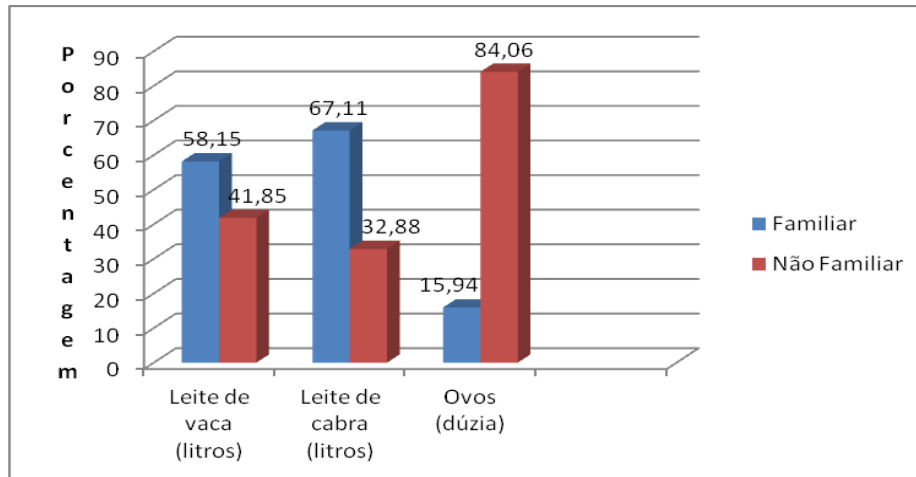
Tabela 12 - Agricultura familiar segundo a pecuária – Brasil 2006.

Espécie	Familiar		Não Familiar	
	Estabelecimentos	Nº de cabeças	Estabelecimentos	Nº de cabeças
Bovinos	2.151.279	51.991.528	521.897	119.621.809
Aves	2.331.612	700.819.753	381.778	700.521.236
Suínos	1.276.037	18.414.365	220.070	12.774.973

Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário 2006. (IBGE, 2009.)



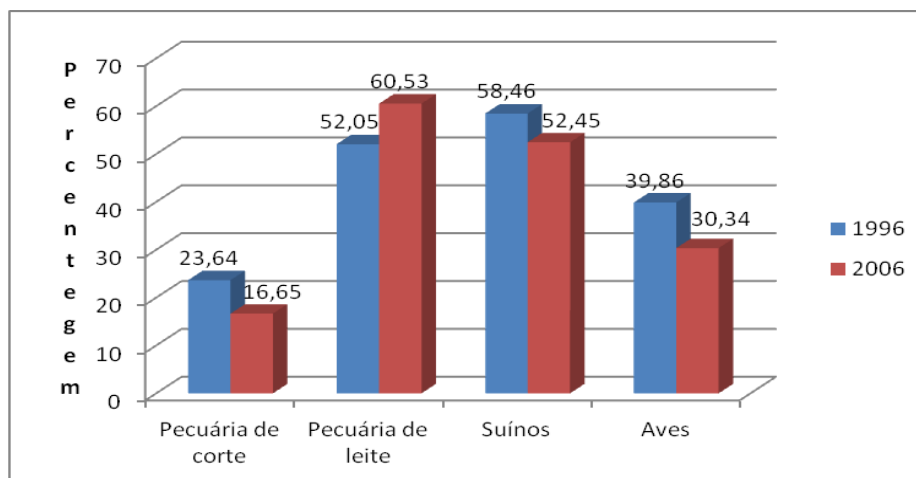
Gráfico 2 - Percentual comparativo da produção dos produtos de origem animal da agricultura familiar e não familiar 2006 - Brasil



Fonte: Adaptado do Censo Agropecuário 2006. (IBGE, 2009).

No Gráfico 3 pode-se observar uma evolução nos percentuais de produção de origem animal entre os anos de 1996 e 2006, porém percebe-se uma diminuição da participação da pecuária de corte tanto de bovinos, como de suínos e aves, o que está ligado à baixa disponibilidade de terra que os agricultores familiares possuem em relação aos não familiares. Porém, os dados mostram um aumento na participação de uma atividade tradicionalmente desenvolvida pela agricultura familiar que é a produção de leite.

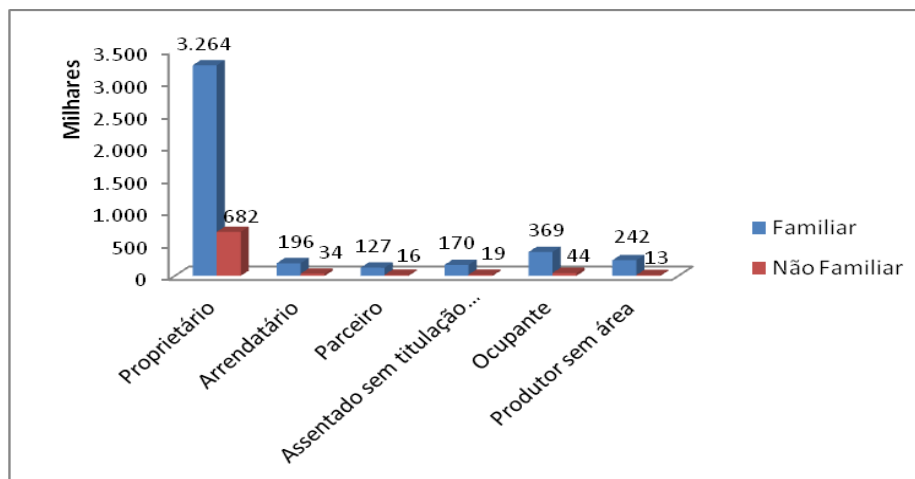
Gráfico 3 - Participação percentual comparativa do valor de produção dos produtos de origem animal da agricultura familiar de 1996 e 2006 – Brasil.



Fonte: Adaptado do Censo Agropecuário 2006. (IBGE, 2009).

O Gráfico 4 apresenta a condição do produtor em relação às terras: dos 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares, 3,2 milhões de produtores tinham acesso às terras na condição de proprietários, representando 74,7% dos estabelecimentos familiares e abrangendo 87,7% das suas áreas, o que pode ser um bom indicativo, já que a posse da terra está diretamente ligada ao perfil do agricultor, e como a maioria dos proprietários são agricultores familiares do tipo A indica que são mais capitalizados e capazes de realizar mais investimentos no seu estabelecimento. Outros 170 mil produtores declararam acessar as terras na condição de “assentado sem titulação definitiva”. Entretanto, outros 691 mil produtores tinham acesso temporário ou precário às terras, seja na modalidade arrendatários (196 mil produtores), parceiros (126 mil produtores) ou ocupantes (368 mil produtores). Os menores estabelecimentos eram os de parceiros, que contabilizaram área média de 5,59 hectares. Foram identificados 255 mil produtores sem área, sendo que 95,0% destes (242 mil produtores) eram de agricultores familiares. Integravam este contingente os extrativistas, produtores de mel ou produtores que já tinham encerrado sua produção em áreas temporárias.

Gráfico 4 - Condição do agricultor familiar em relação às terras- Brasil – 2006.



Fonte: Adaptado do Censo Agropecuário 2006. (IBGE, 2009).

## 2.6 MÃO DE OBRA E ESCOLARIDADE

Segundo o Censo Agropecuário 2006, 12,3 milhões de trabalhadores no campo estão em estabelecimentos da agricultura familiar (74,4% do total de ocupados no campo). Dois terços do total de agricultores familiares ocupados no campo são homens e destes 61,56% (2.325.341) estão na direção há mais de dez anos. O número de mulheres é bastante

expressivo: 4,1 milhões de trabalhadoras. Pessoas com menos de 5 anos de experiência dirigindo os estabelecimentos representam apenas 20% do total da agricultura familiar. Do total de agricultores familiares trabalhadores, 90,0% (11 milhões), tinham laços de parentesco com o produtor e cerca de 8,9 milhões residem no próprio estabelecimento, o que demonstra a união da família em prol do desenvolvimento de um bem comum, característica bem particular da agricultura familiar. Os outros 2,1 milhões de pessoas se ocupavam no estabelecimento, mas residiam fora deste, provavelmente em vilas ou centros urbanos próximos.

Cartograma 4 - Percentual de mão de obra familiar em relação ao pessoal ocupado - Brasil 2006.



Fonte: Censo Agropecuário 2006. (IBGE, 2009).

O número de pessoas ocupadas em atividades não agropecuárias no interior do estabelecimento era reduzido: apenas 169 mil pessoas na agricultura familiar e 53 mil pessoas nos estabelecimentos não familiares. Entretanto 26,0% dos estabelecimentos familiares não tinham seu produtor com dedicação exclusiva, porque dedicavam parte do seu tempo em atividades fora do seu estabelecimento, tanto agropecuárias como não agropecuárias. A ocupação dos produtores em atividades fora do seu estabelecimento é comum nos países desenvolvidos, e estes resultados apontam para sua importância entre os estabelecimentos da agricultura familiar.

Segundo o Censo Agropecuário 2006, houve evolução da educação na agricultura familiar, mas ainda existem desafios a serem vencidos: entre os 11 milhões de pessoas da agricultura familiar e com laços de parentesco com o produtor, quase sete milhões, ou seja, a maioria sabia ler e escrever (63,0%). Mas por outro lado, existiam pouco mais de quatro milhões de pessoas que declararam não saber ler e escrever, principalmente de pessoas de 14 anos ou mais (3,6 milhões de pessoas). Apenas 170 mil pessoas na agricultura familiar, e 116 mil pessoas na não familiar detêm qualificação profissional. Em sua maioria os produtores mais capitalizados são também mais qualificados e com maior nível educacional e acabam recebendo maior proporção de crédito, possibilitando um maior investimento nos seus estabelecimentos. Segundo Alves (2006), como o nível de instrução da família é baixo, especialmente no Nordeste, sem ajuda externa, o agricultor não tem como vencer as barreiras que se antepõem à adoção de tecnologia e ao planejamento do negócio.

## 2.7 AGRICULTURA FAMILIAR NA ECONOMIA

### 2.7.1 Renda e receita

Segundo o Censo Agropecuário 2006, a agricultura familiar respondia por um terço das receitas dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Esta participação menor nas receitas, em parte, é explicada porque apenas três milhões (69,0%) dos produtores familiares declararam ter obtido alguma receita no seu estabelecimento durante o ano de 2006. Os que declararam tinham uma receita média anual de R\$ 13,6 mil, especialmente com a venda de produtos vegetais que representavam mais de 67,5% das receitas obtidas. A segunda principal fonte de receita eram as vendas de animais e seus produtos, que representam mais de 21,0%

das receitas obtidas nos estabelecimentos. Entre as demais receitas se destacavam a prestação de serviço para empresa integradora e de produtos da agroindústria familiar.

Mais de 1,7 milhão de produtores familiares declararam ter recebido outra receita além daquela obtida no estabelecimento, especialmente as advindas de aposentadorias ou pensões (65,0%) e salários com atividade fora do estabelecimento (24,0%). O valor médio anual destas receitas foi de R\$ 4,5 mil para a agricultura familiar, fortemente influenciado pelas aposentadorias e pensões, com valor médio mensal de R\$ 475,27. Segundo Alves (2006) no caso da agricultura familiar, como a família e o estabelecimento são fortemente relacionados, calculou-se a renda familiar que incorpora os aluguéis implícitos da terra e de bens de capital, e a remuneração do trabalho familiar. Houve melhora substancial mas, mesmo assim, a renda familiar per capita é menor do que 1,5 salário mínimo no Sul e um salário no Nordeste. Portanto, não é competitiva com as cidades, o que gera uma forte tendência à migração.

Mais de R\$ 5,5 bilhões chegaram aos produtores familiares por meio de aposentadorias, pensões e programas especiais dos governos em 2006. É importante observar que estes resultados são referentes às rendas declaradas pelo produtor, e não consideram os demais integrantes da família, o que explica o reduzido número de produtores familiares (644 mil) que declararam receber receitas de programas especiais dos governos, tal como o Bolsa Família.

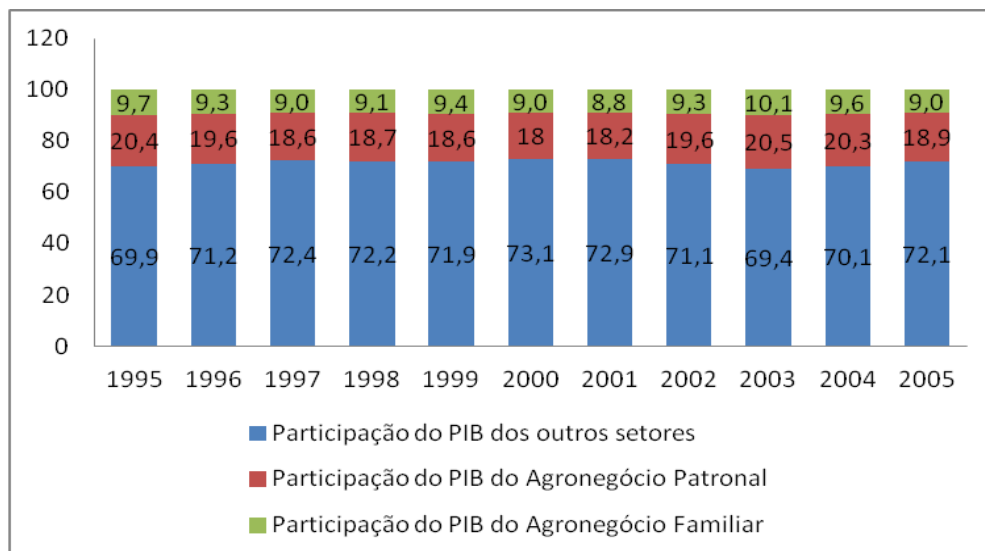
Quando são considerados os valores de toda a produção, e não somente as receitas de vendas, foram contados em 3,9 milhões o número de estabelecimentos familiares que declararam algum valor de produção. A agricultura familiar foi responsável por 38,0% do valor total da produção dos estabelecimentos. A exemplo das receitas, a produção vegetal era a principal produção (72,0% do valor da produção da agricultura familiar), especialmente com as lavouras temporárias (42,0% do valor da produção) e permanentes (19,0%). Em segundo lugar no valor da produção, o destaque ficou com a atividade animal (25,0%), especialmente com animais de grande porte (14,0%). O valor médio da produção anual da agricultura familiar foi de R\$ 13,99 mil, tendo a criação de aves o menor valor médio (R\$ 1,56 mil), e a floricultura o maior valor médio (R\$ 17,56 mil). A agricultura não familiar apresentou maior valor de produção na maioria das atividades, mas em algumas destas, a agricultura familiar era majoritária, exprimindo 56,0% do valor da produção de animais de grande porte, por 57,0% do valor agregado na agroindústria, por 63,0% da horticultura e 80,0% da extração vegetal no País.

### 2.7.2 PIB do agronegócio familiar

O Produto Interno Bruto (PIB) apresentou crescimento de 1,5% na comparação do segundo trimestre de 2013 contra o primeiro trimestre do ano, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal. O destaque positivo foi a Agropecuária, que teve crescimento de 3,9% no volume do valor adicionado, na Indústria houve aumento de 2,0%, enquanto que os Serviços registraram expansão de 0,8%. Na comparação com igual período de 2012, houve crescimento do PIB de 3,3%, com destaque para a agropecuária (13%) (IBGE, 2013).

O segmento familiar da agropecuária brasileira e as cadeias produtivas a ela interligadas responderam, em 2005, por 9,0% do PIB brasileiro, o que representa uma queda em relação a 2003, quando sua participação constituiu mais de 10% do PIB nacional (Gráfico 5). Tendo em vista que o conjunto do agronegócio nacional foi responsável, em 2005, por 27,9% do PIB, é patente o peso da agricultura familiar na geração de riqueza para o país. Ao longo do período analisado, aproximadamente um terço do agronegócio brasileiro esteve condicionado à produção agropecuária familiar (GUILHOTO 2007).

Gráfico 5 - Participação do PIB do agronegócio familiar e patronal do Brasil- 1995 - 2005.

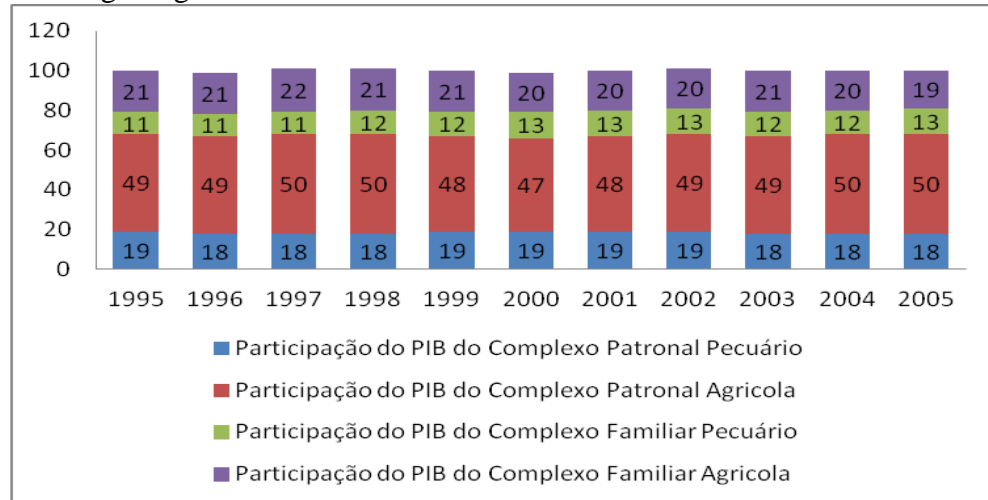


Fonte: Adaptado de (GUILHOTO, 2007).

Para o período de 1995 a 2005, no que diz respeito ao agronegócio brasileiro, em seus quatro complexos – patronal pecuário, patronal agrícola, familiar pecuário e familiar agrícola

–, observa-se que, apesar de algumas oscilações, as proporções das participações não sofreram modificações muito drásticas (Gráfico 6).

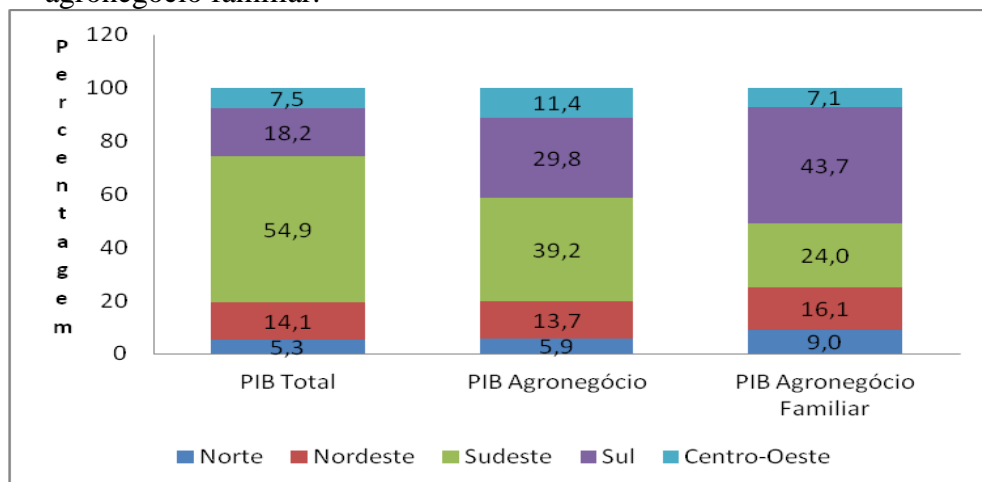
Gráfico 6 - Participações dos complexos agropecuários familiar e patronal no PIB do agronegócio brasileiro 1995-2005.



Fonte: adaptado de (GUILHOTO, 2007)

As informações acerca da importância de cada uma das grandes regiões no PIB do agronegócio familiar, o destaque fica por conta da região Sul, responsável por 44%, seguida pelas regiões Sudeste e Nordeste, cujas participações no total nacional são de, respectivamente, 24% e 16% (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Participações das macrorregiões no PIB total, no PIB do agronegócio e no PIB do agronegócio familiar.



Fonte: Adaptado de (GUILHOTO, 2007).

A tabela 13 aponta para o descompasso entre a participação nos PIBs nacional, dos outros setores econômicos e do agronegócio, existente no caso das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Tabela 13 - Participação das macrorregiões nos PIBs total do agronegócio familiar, patronal e outros setores – 2004.

Regiões	PIB Agronegócio (%)			PIB Outros Setores (%)	PIB Total (%)	% Familiar no Agronegócio
	Familiar	Patronal	Total			
Norte	9,0	4,4	5,9	5,0	5,3	49
Nordeste	16,1	12,6	13,7	14,2	14,1	38
Sudeste	24,0	46,4	39,2	61,6	54,9	20
Sul	43,7	23,2	29,8	13,3	18,2	47
Centro-Oeste	7,1	13,4	11,4	5,9	7,5	20
Total	100	100	100	100	100	32

Fonte: Adaptado de (GUILHOTO, 2007).

Segundo Guilhoto (2007), em termos da produção familiar, a região Sul é a mais importante, com um PIB quase duas vezes maior do que o da região Sudeste. O agronegócio familiar do Sul é um setor muito dinâmico e com grande capacidade de geração de riqueza para as economias da região. A estrutura que ali se observa está bastante relacionada com a forma de colonização da região e com a cultura que se instalou em decorrência da imigração europeia para o Brasil. No que tange à distribuição regional do PIB do agronegócio, há diferenças regionais importantes. O segmento familiar concentra-se no Sul do país, sendo também importante no Nordeste e no Sudeste – neste último caso, nem tanto pela participação e mais pela magnitude.

A agricultura familiar do Norte também possui grande importância, mas por razões ligadas principalmente a uma característica peculiar da estrutura sócio-demográfica da região – a presença do caboclo. A extração de produtos vegetais e a pesca nos rios da região respondem por parcelas substanciais da produção familiar. Em alguns estados do Norte, no entanto, já se observa algumas mudanças nessa estrutura, principalmente em Tocantins, que está mais ligado à dinâmica do cerrado de Goiás, e no Pará, que constitui área de expansão da pecuária extensiva de larga escala e estrutura patronal (GUILHOTO, 2007).

As estimativas do PIB do agronegócio familiar e sua evolução nos últimos onze anos (1995 a 2005) mostram, claramente, que os pequenos agricultores ou os agricultores familiares respondem por parcela expressiva da riqueza nacional, não obstante a insuficiência



de terras, as dificuldades creditícias, o menor aporte tecnológico, a fragilidade da assistência técnica e a subutilização da mão de obra.

Pela estrutura de composição do PIB do complexo agrícola familiar e patronal e de sua evolução recente, discriminada pelos cultivos e subsetores industriais, salienta-se o peso do cultivo da soja. Em termos do PIB pecuário, nota-se a forte expressividade desempenhada no sistema patronal pela bovinocultura de corte e, por outro lado, uma maior diversificação da produção no caso do sistema familiar, no qual a avicultura e a produção leiteira merecem destaque. Concretamente, cerca de 1/3 do agronegócio brasileiro é atribuído à produção agropecuária realizada pelos agricultores familiares, cabendo observar, ademais, que o desempenho recente da agropecuária familiar e do agronegócio a ela articulada vem sendo bastante positivo, com taxas de crescimento igualando-se, inclusive, às do segmento patronal.

## 2.8 FINANCIAMENTO

No ano de 2006, dos 831.968 mil estabelecimentos familiares que obtiveram financiamento, 48,78% (405.874) tiveram como principal objetivo o custeio, seguido de 41,35% (343.981) com a finalidade de investimento e 8,87% (73.818) e 1% (8.295) referentes manutenção do estabelecimento e comercialização respectivamente. Por outro lado, o Censo Agropecuário 2006 registrou mais de 3,5 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar que não obtiveram financiamento, especialmente porque "não precisaram" ou por "medo de contrair dívidas".

Tabela 14 - Estabelecimentos que não obtiveram financiamento, por motivo de não obtenção, segundo a agricultura familiar – Brasil 2006

	Total	Motivos da não obtenção						
		Falta de garantia pessoal	Não sabe como conseguir	Burocracia	Falta de pagamento empréstimo anterior	Medo de contrair dívidas	Outro motivo	Não precisou
Total	4.254.808	77.984	61.733	355.751	133.419	878.623	538.368	2.208.930
Agricultura Familiar	3.586.365	68.923	56.205	301.242	116.961	783.741	462.701	1.796.692
Não Familiar	668.443	9.061	5.528	54.509	16.559	94.892	75.667	412.238

Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário 2006. (IBGE 2009).

Para Souza (2011), a distribuição do PRONAF crédito mantém-se concentrada. Em princípio tal concentração pode ser decorrente das diferenças entre estados no que diz respeito à importância da agricultura familiar. Fica evidente que, quer se considere como medida da importância da agricultura a participação dos estados no total de estabelecimentos familiares, na área total desses estabelecimentos ou no pessoal ocupado pelos mesmos, tais distribuições não apresentam a mesma desigualdade observada para os recursos concedidos pelo Programa. Ou seja, se os recursos encontram-se, em sua maior parte, concentrados nos estados da região Sul, além de Minas Gerais, tal concentração não decorre apenas da maior representatividade desses estados na agricultura familiar. A Bahia, por exemplo, que nos quesitos considerados responde por parcela significativa da agricultura familiar, não tem participação no crédito compatível com essa importância. Fato semelhante pode ser observado em relação a outros estados.

Sabe-se que agricultura familiar não é uniformemente distribuída entre as regiões e, desse modo, parte da desigualdade observada na distribuição do crédito poderia, em princípio, estar associada a essa desuniformidade. Porém, a pesquisa permitiu concluir que a distribuição do PRONAF crédito entre estados não espelha a importância da agricultura familiar nesses estados, considerando-se os critérios área, número de estabelecimentos e pessoal ocupado. Conforme os resultados, a distribuição dos financiamentos, sobretudo os de custeio, vem privilegiando os estados com maior participação no valor da produção familiar (SOUZA, 2011).

Na distribuição do PRONAF por categorias de crédito realizada por Guanzioli (2012), percebe-se que a proporção de recursos alocados aos produtores mais capitalizados (soma de grupo D e E = 60%) ao longo do período considerado corresponde a dez vezes o total de crédito dado aos mais pobres (grupo B = 6%), embora este último tenha melhorado sua participação no volume total em relação a 1999. Os produtores mais capitalizados recebem maior proporção do crédito e mais acesso à assistência técnica e às políticas agrícolas em geral. O que resulta surpreendente é que este diferencial tenha se aguçado neste período, no qual a ação do PRONAF podia tê-lo evitado. Para garantir maior equidade na distribuição dos recursos públicos, o fomento via crédito de custeio (PRONAF) deveria ter sido acompanhado por outras linhas de crédito de investimento em infraestrutura do estabelecimento que fortalecessem de fato a capacidade de produzir e de elevar sua tecnologia e de atingir rendas mais elevadas. Além disso, os produtores intermediários – grupos B e C – deveriam ter sido acompanhados e capacitados permanentemente por meio de uma assistência técnica eficiente

e sistêmica que lhes permitisse elaborar projetos e dessa forma ter acesso mais facilmente aos financiamentos. Infelizmente, o PRONAF nesses anos ficou restrito praticamente ao crédito de custeio com algumas ações em termos de infraestrutura, mas em nível municipal, que não atingiram efetivamente os próprios agricultores.

Mais recentemente, o PRONAF abriu linhas de crédito e apoio à comercialização (PAA), que podem ter efeitos positivos na renda dos agricultores no futuro, mas o capítulo da infraestrutura – com crédito de investimento – ainda está aquém das necessidades.

Cabe destacar, finalmente, a falta de focalização do Pronaf nas cadeias produtivas. Por se tratar de um crédito de balcão, isto é, cada um destina o crédito para o que desejar, não houve possibilidade de reforçar algumas cadeias produtivas que apresentavam ou iriam apresentar com certeza certas deficiências, como, por exemplo, a pecuária de leite, que em função da obrigatoriedade de resfriamento do leite, precisava de financiamentos focalizados e, sobretudo, de investimentos que garantissem esse processamento agora exigido por lei. Ao não ter sido focalizado com crédito, esse tipo de cadeia produtiva ficou à margem do processo de integração e manifestou sua deficiência com a redução da produção de leite entre os familiares como se viu anteriormente.

## 2.9 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

A assistência técnica e a extensão rural têm importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuária, florestal e pesqueira. (PEIXOTO, 2008). No Brasil esta importância torna-se maior se analisarmos a realidade do País e considerarmos o imenso problema social com que hoje nos defrontamos, ou seja, o elevado número de brasileiros que não tem acesso aos fatores básicos e indispensáveis da cidadania: alimentação, educação, saúde, emprego, e sustentabilidade. Como a assistência técnica está presente na grande maioria dos municípios brasileiros e por ser um dos poucos instrumentos do estado que tem contato direto com os agricultores e suas famílias, não pode ser considerado o único responsável pelo sucesso ou insucesso da conquista do desenvolvimento, da sustentabilidade e da cidadania dos agricultores e de suas comunidades (NETO, 2001).

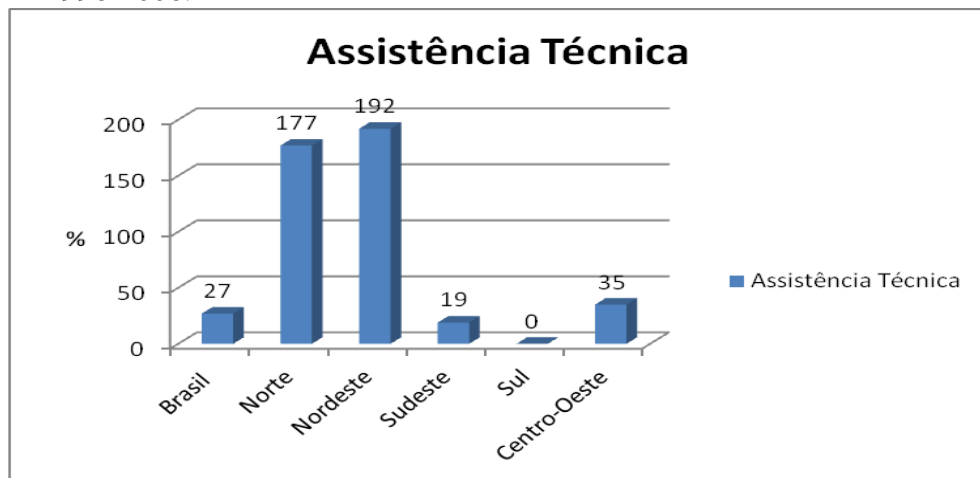
Em anos recentes a extensão Rural tem se mostrado um efetivo e eficiente instrumento de política pública e como agente dinamizador do desenvolvimento, na medida em que pela

sua metodologia, capilaridade e esperada descentralização, têm condições de proximidade estratégica com o conjunto da população rural, em especial a Agricultura Familiar (MUSSOI, 2006).

Segundo o Censo Agropecuário de 2006 a assistência técnica evoluiu pouco no atendimento dos agricultores familiares, registrando que apenas 20,88% dos agricultores familiares teriam recebido assistência técnica em 2006, contra 16,67% em 1996. Segundo Guanziroli (2012) pode ser que por este motivo não tenham sido registrados avanços no uso de adubos e corretivos e no processo associativista, que seriam dois fortes eixos de um processo de assistência técnica.

No gráfico 8 pode-se observar que nas regiões Norte e Nordeste, onde em 1996 apenas entre 3% e 6% dos agricultores tinha acesso à Assistência técnica e extensão rural (Ater), houve um avanço importante (177% na região Norte e 192% no Nordeste).

Gráfico 8 - Variação percentual de Assistência técnica à agricultura familiar – Brasil e regiões – 1996-2006.



Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário 2006. (IBGE, 2009).

Isso significa que, em 2006, considerando-se estas taxas de crescimento, um grupo de aproximadamente 9% deve ter acesso à Ater no Norte e em média 18% no Nordeste.(GUANZIROLI, 2012).

Contudo, dentro do princípio de igualdade de oportunidade, é preciso que a extensão rural volte a considerar o conjunto família/estabelecimento, como a unidade de planejamento, e deste nasça o plano de crédito rural e as atividades que serão executadas no correr do ano, as quais devem estar consubstanciadas em contrato que estipule as responsabilidades das partes (ALVES, 2006).

A qualidade do serviço de assistência técnica e extensão rural tem que ser compatíveis com a assistência particular tanto no que se refere à parte de administração rural como em termos das tecnologias disponibilizadas.

### 3 CONCLUSÕES

A significância da agricultura familiar para a riqueza do País é representativa e não perdeu sua força nos últimos anos, mesmo sob adversidades como insuficiência de terras e capital, tecnologias pouco acessíveis, dificuldades no financiamento e fragilidade da assistência técnica.

A agricultura familiar continua sendo mais eficiente no uso dos fatores terra e capital – financiamentos – o que é coerente com sua relativa escassez e necessidade, portanto, de usar esses fatores mais intensivamente.

É necessária a implementação de uma assistência técnica mais bem estruturada e capaz de ser o elo entre os serviços de pesquisa e a Extensão rural levando novos conhecimentos e tecnologias de produção para fortalecer a agricultura familiar.

Estabelecimento de políticas de crédito que levem em consideração o perfil do produtor, a região geográfica e a atividade a ser desenvolvida.

Desenvolvimento de políticas que estabeleçam uma maior relação dos agricultores familiares com o mercado, adaptando seus métodos de produção às novas exigências, assim como as medidas de maior alcance como juros competitivos, infraestrutura, sanidade animal e vegetal.

A promoção da agricultura familiar não pode ser concebida e enfrentada a partir de políticas e instrumentos isolados como vem ocorrendo no Brasil. É necessária que seja definida uma estratégia de desenvolvimento nacional, políticas macroeconômicas e setoriais compatíveis com a proposta de estimular um padrão de crescimento econômico com equidade social, fortalecer as iniciativas individuais da pequena e média empresa urbana, a agricultura familiar, gerar empregos urbanos e rurais e reduzir a pobreza.

No entanto, é preciso lembrar que não apenas o governo, mas também a sociedade civil de uma forma geral, entidades privadas, produtores individuais e associados devem comprometer-se em promover e incentivar a agricultura familiar devido à sua grande importância no que diz respeito ao bem-estar da sociedade em geral, na sua contribuição como gerador de riquezas do país, e por responder por uma significativa parcela da produção agropecuária. Esta interação entre os vários níveis da sociedade contribuiria para apreciação mais arraigada das oportunidades existentes e dos desafios a serem superados por este setor e permitiria executar as ações de forma planejada e com avaliações periódicas, fazendo com que sejam mais direcionadas e localizadas, respeitando as peculiaridades de cada região.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Eliseu (Ed.). **Migração rural–urbana, agricultura familiar e novas tecnologias:** coletânea de artigos revistos. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.181 p.

BAIARDI, A. **Participação da agricultura familiar no desenvolvimento sustentável.** Salvador: UFBA, 1998.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 10, 2003.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006. **Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em:<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil\\_2006/Brasil\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf)>. Acesso em: jun. 2012.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE- CEPAL; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO – FAO; INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA- IICA. **Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe.** 2013.

DUARTE, G. B. **Práticas agrícolas e degradação ambiental:** um estudo para o caso da agricultura familiar no nordeste do Brasil. 2009. 127 f. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Economia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

FRANÇA, C. G.; GROSSI, M. E. D.; MARQUES, V. P. M. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil.** Brasília: MDA, 2009.

GARNICA, Leonardo Augusto; SANTOS, Fabio Lyrio. Políticas públicas descentralizadas para o desenvolvimento regional da agricultura familiar: um estudo de caso. **Rev. Informações econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 10, out. 2006.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 50, n. 2, jun. 2012.

GUILHOTO, J. J. M. et al. **PIB da agricultura familiar**: Brasil - Estados. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.172p. (NEAD Estudos, 19).

HOLANDA, G. A. **Instituições, agricultura familiar e crédito rural**: avaliação de resultados do PRONAF B nos territórios rurais do Rio Grande do Norte. 2010. 103 f. Dissertação (Mestrado em Economia) –Departamento de Economia, Universidade Federal Rural do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

HOMEM DE MELO, F. B. A Liberalização comercial e a agricultura familiar no Brasil. In: ACTION Aid. **Comércio internacional, segurança alimentar e agricultura familiar**. Brasil: [s.n.], set.2001.

INSTITUTTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PIB cresce 1,5% em relação ao primeiro trimestre e chega a R\$ 1,2 trilhão**. Disponível em:<<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2457&busca=1&t=pib-cresce-1-5-relacao-primeiro-trimestre-chega-r-1-2-trilhao>>. Acesso em: 16 de set. 2013.

LAMARCHE, Hughs (coord.); TIJIWA, Ângela Maria Naoko (trad.). **A agricultura Familiar**. Campinas: Unicamp, 1993.

MACHADO, O. F. **Agricultura Sustentável e Sistema Familiar**. 2009. 76 f.: il. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável) – Universidade Católica de Goiás, 2009.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Rev. Lua Nova**, São Paulo, n.23, 1991.

MOREIRA, R. C. G.G. S. **Segurança Alimentar x Agrocombustíveis**: a controvérsia entre a produção de alimentos e a produção de etanol no Brasil. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em Estudos populacionais e pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2010.

MUSSOI, Eros Marion. Agricultura familiar, Extensão Rural e a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. In: **Extensão rural, desafios de novos tempos**: Agroecologia e sustentabilidade. Organizadores: Jorge Roberto Tavares de Lima, Marco Antonio Bezerra Figueiredo. Recife: Bagaço, 2006, p 99-106.



NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Rev. Estudos Avançados**, São Paulo, ano 15, n. 43, 2001.

NETO, PEDRO CORREIA LIMA. **Rev. de Política Agrícola, Ministério da Agricultura e do Abastecimento**, Ano VIII - No 03 - Jul - Ago - Set – 1999. Publicado “CADERNOS DA OFICINA SOCIAL N°7” – Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2001.

OLALDE, A. R.; PORTUGAL, C. A. Agricultura Familiar, Reforma Agrária e sua inserção no enfoque territorial no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 42, 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO - FAO. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília, março, 1994. Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO – FAO. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA, 2000. Projeto de Cooperação técnica INCRA/FAO.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO – FAO. **A agricultura familiar é a chave para a segurança alimentar da América Latina e Caribe**. Disponível em: <<http://www.rlc.fao.org/pt/imprensa/noticias/la-agricultura-familiar-tiene-un-rol-clave-en-la-seguridad-alimentaria-de-america-latina-y-el-caribe/>> Acesso em: 02 de out 2013.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão Rural no Brasil: uma** abordagem histórica da legislação. Textos para discussão. Brasília, outubro, 2008: Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/conleg/textos\\_discussao.htm](http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm)>. Acesso em: 03 de out 2013.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PORTUGAL, A. D. O Desafio da Agricultura Familiar. **Revista Agroanalysis**. São Paulo, mar. 2004.

SCHNEIDER, S. Painel. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 49, 2010, Campo Grande (MS). **Anais...** Campo Grande (MS), 2010.

SILVA, F. F. **Distribuição de crédito para agricultura familiar**: um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento rural. 2006. 250 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2006.

SOUZA, P. M.; NEY, M. G.; PONCIANO, N. J. Evolução da Distribuição dos Financiamentos do PRONAF entre as Unidades da Federação, no Período de 1999 a 2009. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, p. 303–313, jul./set 2011.

SPAROVEK, G. et al. **Análise territorial e políticas para o desenvolvimento agrário**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013. 128p.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo, RS: UPF, 2001. 405 p.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. Agricultura familiar brasileira frente as transformações do sistema agroalimentar contemporâneo: a estratégia de verticalização da produção. **Cadernos de Economia**, [s.l.], ano 12, n. 23, jul./dez. 2008.